

**Uma onda rosa:  
a atuação dos partidos de centro-esquerda na América Latina à luz da ideia de  
moderação em Aristóteles e em Montesquieu**

*Jefferson Luis Moreira Nascimento<sup>1</sup>*

**Resumo**

Em vista da ascensão de partidos políticos de extrema direita que defendem a retirada de direitos conquistados por grupos minoritários, este artigo visa a analisar o potencial e as limitações de uma estratégia política partidária pautada na moderação dos discursos e da práxis. Analisaremos em particular a atuação dos governos de centro-esquerda que emergiram no final do século XX e início do século XXI na América Latina, que constituíram o fenômeno da “onda rosa”. Para a execução de tal tarefa, recorreremos ao pensamento de Aristóteles e de Montesquieu buscando ferramentas teórico-conceituais que contribuam para o entendimento da importância da moderação como uma estratégia política.

**Palavras-chave:** Aristóteles; moderação; Montesquieu; onda rosa; América Latina.

**1 Introdução**

A moderação no discurso e nas ações é um tema há muito debatido na filosofia política. Aristóteles talvez seja um dos primeiros a se debruçar sobre o tema e destaca a importância de agir de forma a se distanciar dos extremos ideológicos, buscando alcançar uma posição equidistante em relação aos polos opostos do espectro político. Contudo, nem sempre o “meio-termo” é visto de forma positiva por aqueles que refletem sobre o mundo da política ou por atores que participam dela de forma mais ativa. A moderação pode ser interpretada como covardia, falta de posicionamento ou pragmatismo oportunista.

O debate contemporâneo acerca dos partidos políticos travado na Ciência Política, a partir dos anos 1960, aponta para o fato de que muitas dessas instituições vêm abrindo mão de certas bandeiras históricas em favor da ampliação da sua base eleitoral. A moderação dos discursos e das ações adotada pelos partidos os desloca para uma posição mais central no espectro político bipolar cujos lados extremos seriam a extrema esquerda, de um lado, e a extrema direita, de outro; e essa estratégia visa a evitar derrotas e a maximizar as possibilidades de vitórias eleitorais.

---

<sup>1</sup> Cientista social formado pela UFRJ e mestrando de Ciência Política do Iesp/Uerj. Email: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br

O constitucionalista alemão Otto Kirchheimer (1966) notou que muitos partidos de massa, no contexto da Europa Ocidental pós- 2ª Guerra, estavam se tornando o que chamou de “catch-all”, partidos que buscam atrair eleitores com diversos pontos de vista político-ideológicos a fim de alcançar ou de se manter no poder. O contraponto a eles seriam os partidos ideológicos cuja estratégia era a de seguir suas convicções, independentemente do contexto político, recusando moderar seus valores e práticas.

Assim como Kirchheimer, o cientista político Angelo Panebianco acredita que há tendências homogeneizantes em andamento no que se refere à atuação e ao discurso dos partidos. Segundo Panebianco (1988), os partidos burocráticos de massa estariam se transformando em partidos profissional-eleitorais, voltados para ganhar eleições, em detrimento de suas posições ideológicas. Eles procuram se profissionalizar com a contratação de especialistas das diferentes áreas do conhecimento, sobretudo do marketing; têm laços fracos com seus afiliados e costumam ser financiados por grupos de interesses ou subsídios estatais<sup>2</sup>.

Mais especificamente no que tange à esquerda latino-americana, a partir dos anos 1980, 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, é possível verificar que seus discursos e sua práxis foram se moderando ao longo do tempo, fazendo com que a ambição dos partidos em promover transformações socioeconômicas fosse significativamente reduzida, se comparada ao horizonte de expectativas criado pelos partidos socialistas e comunistas no contexto da Guerra Fria. Historicamente, a esquerda esteve alinhada com o marxismo revolucionário, mas a partir da redemocratização dos países que passaram por regimes ditatoriais, muitos grupos de esquerda se empenharam em defender o aprofundamento da democracia liberal ao invés do seu fim. Esquerda, pois, passa a referir mais estreitamente aos grupos de atores políticos que buscam a redução das desigualdades socioeconômicas, distribuindo riqueza e/ou renda, dando voz aos grupos desprivilegiados no processo político e rejeitando a ideia de um mercado desregulado. Questionam, portanto, a feição neoliberal do sistema capitalista, mas sem propor uma saída alternativa a ele (LEVITSKY e ROBERTS, 2011).

A “onda rosa”<sup>3</sup> que passou pela América Latina no final dos anos 1990 e se estendeu pela primeira década do século XXI representa um afastamento da esquerda latino-americana

---

<sup>2</sup> Há ainda outros autores que possuem diagnósticos alinhados com o de Kirchheimer e Panebianco, como, por exemplo, Richard Katz e Peter Mair (1995), com o conceito de partido de cartel, e Jonathan Hopkin e Caterina Paolucci (1999), com o conceito de “partido firma”.

<sup>3</sup> A cor rosa é uma alusão ao vermelho, cor símbolo da esquerda marxista revolucionário, só que em um tom mais suave, uma metáfora que simboliza o caráter pouco ou nada revolucionário dos governos de centro-esquerda que ascenderam ao poder na América Latina no fim do anos 1990 e início do século XXI.

do polo mais extremo para uma posição mais próxima do centro do espectro político. Cabe pontuar, porém, que os partidos que chegaram ao poder se alocaram em pontos diferentes: uns mais perto do centro, os renovadores<sup>4</sup>, e outros mais distantes, os refundadores<sup>5</sup> (SILVA, 2011).

As contradições dos governos de centro-esquerda começaram a aparecer com o passar do tempo. Se, por um lado, conseguiram angariar o apoio de setores do mercado; por outro, viram antigos aliados dissidirem. Após a crise de 2008, a onda rosa começa a perder força e governos de direita são eleitos não só na América Latina, mas em diferentes países do mundo. Mais do que isso, pode-se observar o recrudescimento de grupos de extrema direita, que pregam discursos xenofóbicos e/ou discriminatórios contra grupos minoritários. Na Europa Ocidental, podemos citar a ascensão de grupos como o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) e a Frente Nacional Francesa (FN) (MUDDE e KALTWASSER, 2013) Além disso, foram eleitos no Brasil, nas Filipinas, na Hungria, na Turquia, dentre outros países, governos cujos discursos podem ser classificados como nada ou quase nada moderados.

Diante dessa possível guinada à extrema direita por que diferentes países passam, torna-se relevante discutir a moderação como uma estratégia política eficiente - ou não - em vista da heterogeneidade característica das sociedades pós-modernas. Para isso, retornaremos ao pensamento de dois autores clássicos da literatura política cujas ideias dialogam com o tema: Aristóteles e Montesquieu. O intuito é investigar os pontos fortes e fracos da moderação promovida pela centro-esquerda latino-americana, a partir da leitura das obras desses pensadores, e compreender se a estratégia discursiva e a prática moderada adotadas pelos governos latino-americanos que deram forma à onda rosa podem ser efetivas para contrapor-se a governos que advogam em favor da retirada de direitos conquistados por grupos minoritários. Vale ressaltar que moderação é aqui entendida como o ato de promover discursos, práticas ou ações que visem a se afastar de extremos ideológicos.

## **2. A moderação aristotélica e a “onda rosa”**

Nesta seção, vamos nos debruçar sobre o pensamento aristotélico, analisando de que forma a defesa de uma ética voltada para o distanciamento dos extremos pode ser importante para a administração da coisa pública. Depois, vamos discutir como tal discussão se conecta

---

<sup>4</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil; o *Partido Socialista de Chile* (PSCh); a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN), em El Salvador; a *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), na Nicarágua; e a Frente Ampla (FA), no Uruguai

<sup>5</sup> o *Movimiento al Socialismo*, na Bolívia (MAS); o *Movimiento Alianza PAIS – Patria Altiva i Soberana* (PAÍS), no Equador; e o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), antes *Movimiento Quinta República* (MVR), na Venezuela.

com a práxis dos partidos de centro-esquerda na América Latina, no contexto pós-Muro de Berlim.

### **2.1. A busca pelo meio-termo**

Aristóteles foi um importante filósofo da Grécia Antiga. Nascido na Macedônia, ele se mudou por volta do ano 367 a.C para Atenas, onde se tornou discípulo de Platão, com quem buscava aprender ensinamentos que lhe ajudassem a desenvolver a virtude, isto é, a capacidade de lidar com assuntos relativos à *pólis*. Apesar disso, Aristóteles desenvolveu ideias que muito diferiam das do seu mestre, chegando a divergir em pontos centrais do pensamento platônico. Platão defendia o inatismo, concepção filosófica segundo a qual o ser humano ao nascer já detém o conhecimento, cujo acesso, porém, é dificultado pelo mundo sensível. Seria necessário, pois, fazermos um exercício denso de introspecção como forma de memorá-lo. Por sua vez, Aristóteles é considerado por muitos historiadores da Filosofia um empirista, ou seja, seu raciocínio baseava-se no pressuposto de que o conhecimento se desenvolve a partir das experiências práticas.

No que tange à política, as conclusões a que chega o empirista, em grande medida, resultam da análise das Constituições que regiam as relações entre governados e governantes em diferentes partes da Grécia Antiga. O objetivo dele era formular ideias e propor soluções para os problemas da vida em comunidade a fim de alcançar o bem comum, em vista a um cenário adverso, no qual Alexandre, seu pupilo, havia estabelecido um império despótico, extinguindo a *pólis*. Para o filósofo, a *pólis* era a organização política mais perfeita até então.

É na *pólis* que o homem realiza o seu instinto mais peculiar, se comparado aos demais animais: o de viver em comunidade e compartilhar experiências comuns visando a um bem coletivo. “O homem é, por natureza, um ser vivo político e a política é vivida no âmbito da cidade (...). A cidade, enfim, é a comunidade completa, formada para preservar a vida, em primeiro lugar, e, depois, para assegurar a vida boa” (ARISTÓTELES, 1985, p 45).

Se a comunidade representava um espaço público, de compartilhamento de experiência e promoção de debate, a casa e a família eram partes da esfera privada e, por conseguinte, deveriam ser administradas de maneira diferente. A casa seria governada por uma espécie de monarquia, na qual o homem seria responsável por “governar a mulher como cidadão e os filhos como súditos” (ARISTÓTELES, 1985, p.45). O bom funcionamento da cidade, porém, demandaria o desenvolvimento de virtudes específicas por parte do governante, o que se dá por

meio da prática - na perspectiva aristotélica, ética e política são duas esferas que estão imbricadas e é a ação que leva à virtude. Dito de outra forma, um cidadão, não é intrinsecamente virtuoso, ele adquire virtudes na medida em que pratica boas ações, tendo como meta o bem comum.

A prudência, segundo Aristóteles, seria a principal virtude que um governante deva possuir e ela consiste no uso de bons sentimentos de maneira racional, escolhendo a melhor alternativa para chegar a um dado fim. A alternativa mais adequada é sempre a mais moderada, que se afasta dos extremos, evitando tanto o excesso quanto a carência.

(...) é preciso ter presente que em todo objeto contínuo e divisível podem-se distinguir três coisas: um excesso, um defeito e um meio. Estas distinções podem ser consideradas, seja em relação às coisas mesmas, seja em relação a nós (...). Em todas as coisas, o médio, com relação a nós, é o melhor e o que nos prescrevem a ciência e a razão. Sempre e em todas as coisas, o médio tem a vantagem de produzir o melhor modo de ser, que pode demonstrar-se, por sua vez, pela indução ou pelo raciocínio. E assim, os contrários se destroem reciprocamente, e os extremos são, por sua vez, opostos entre si e opostos ao médio, porque este médio é um e outro extremo relativamente a cada um deles; por exemplo, o igual é maior que o menor e menor que o maior. Donde se segue que, a virtude ética deve consistir em certos meios e em uma posição mediana. (ARISTÓTELES, 1984, Livro II, p.3)

Nesse caso, um governante deve ter cautela ao tomar atitudes que privilegiem um dado grupo, para que isso não represente a exclusão por completa de outros. A felicidade da pólis, para Aristóteles, portanto, depende da capacidade do governante de agir de modo a atingir o “meio-termo”, ponto equidistante entre dois extremos (MEDEIROS, 2016).

Entretanto, o autor alerta que nem sempre é possível encontrar um meio-termo que esteja exatamente no centro de uma escala linear de dois pólos. Ele cita o caso das emoções extremas, como inveja, roubo, assassinato, adultério, cuja natureza não tem dimensão bipolar – elas têm uma natureza unidimensional negativa. Ademais, existem circunstâncias em que a natureza do sentimento ou da ação tende naturalmente para um dos pólos. Por exemplo, a coragem está mais próxima da temeridade do que do medo (MEDEIROS, 2016).

Dessa forma, a moderação na prática política é vista como algo extremamente positivo pelo autor, mas ele ressalta que o homem não é um ser naturalmente inclinado à moderação; ao contrário, é propenso à satisfação de seus desejos. Por conseguinte, a prudência e a razão são duas peças fundamentais na engrenagem da cidade, cujo líder político precisa estar imbuído dessas virtudes.

## **2.2. O meio-termo da centro-esquerda latino-americana**

No tocante à atuação da centro-esquerda latino-americana no contexto do final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000, pode-se dizer que a moderação do discurso e das ações dos partidos e de atores proeminentes no cenário político representou uma tentativa de chegar ao meio-termo no espectro ideológico, que todavia, nesse caso, seria o ponto médio da metade à esquerda no espectro. Em outras palavras, o meio-termo se encontra em um ponto equidistante entre o centro e a esquerda. Se considerássemos todo o espectro, de uma ponta à outra o meio-termo seria justamente o centro, contudo, ao se situar nele, os partidos ditos de esquerda perderiam suas identidades e a polaridade esquerda x direita não faria mais sentido. Esse é um daqueles casos citados por Aristóteles em que a natureza do objeto analisado tende naturalmente para um dos extremos, sendo impossível situá-lo precisamente em um ponto equidistante dos pólos.

Vale ressaltar que o meio-termo adotado varia de país a país. A Venezuela, por exemplo, usou meios plebiscitários para reescrever a Constituição, bem como lançou um programa de redistribuição de renda, indo de encontro às ideias propagadas pelo Consenso de Washington. Comparada com Brasil, Chile e Uruguai, cujos governos mantiveram certas políticas macroeconômicas de orientação ortodoxa e não mudaram as constituições liberal-democráticas herdadas, a Venezuela, durante os governos chavistas, esteve mais próxima do extremo à esquerda. Já outros países como Argentina, Bolívia, Equador, Nicarágua e Paraguai estão localizados entre a posição da Venezuela e a posição ocupada pelo grupo formado por Brasil, Chile e Uruguai (LEVITSKY e ROBERTS, 2011, p. 4).

Apesar de diferenças significantes, os governos de todos esses países podem ser alocados dentro da categoria “centro-esquerda” pelo fato de se contraporem à ideologia neoliberal, hegemônica durante a década anterior. A crise econômica do final da década de 1990 foi a janela de oportunidade que os partidos de esquerda aproveitaram para se frear as políticas de privatização e a redução do tamanho do Estado no que diz respeito à condução da economia. Não obstante, mesmo no caso de Hugo Chávez, que possuía uma retórica mais agressiva contra o capitalismo, na prática, não apresentou uma alternativa concreta a esse sistema. O “socialismo do XXI” propagado pelo líder venezuelano esteve longe de representar uma ameaça à ordem capitalista, e o mercado manteve sua prevalência (PANIZZA, 2005, p 729).

No caso do Brasil, a “Carta ao Povo Brasileiro” foi a maneira que o então candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, Lula, encontrou para acalmar o

fervor do mercado, assegurando a execução de uma política econômica bastante moderada, haja vista a história do PT. Além disso, a coalização de governo petista foi formada por antigos adversários que pertenciam ao lado direito do espectro, o que mostra como o discurso da moderação foi se materializando também na prática. Afinal, no pensamento aristotélico, a ética se materializa na prática, e não no discurso.

Não obstante, a moderação proposta por Aristóteles estava inscrita no campo moral, ou seja, a ação prática voltada para alcançar o meio-termo é entendida como um valor positivo para o convívio em sociedade. No caso dos partidos aqui analisados, o deslocamento para uma posição mais central no espectro político parece ser conduzida por certa dose de pragmatismo: buscando expandir as possibilidades de vitórias nas eleições, tais partidos abrem mão de propostas tidas com radicais, que não teriam apoio de setores conservadores da sociedade.

### **3. Montesquieu e a centro-esquerda latino-americana do século XXI**

Nesta seção, debateremos o pensamento de Montesquieu e como ele pode contribuir para o debate proposto neste artigo. A primazia da lei e o fortalecimento das instituições são dois elementos cruciais, segundo o filósofo francês, para a estabilidade política. A separação dos poderes seria o instrumento essencial para moderação da práxis política, capaz de evitar o surgimento de regimes despóticos ou radicalmente democráticos.

#### **3.1. A separação dos poderes como instrumento de moderação política**

A distância temporal entre as vidas de Aristóteles e Montesquieu é de aproximadamente 2000 anos. O barão e filósofo francês Charles de Secondat Baron de Montesquieu viveu entre 1689 e 1755, contexto histórico em que diversos autores se empenhavam na desconstrução do pensamento filosófico hegemônico durante a Idade Média, pautado na moral católica. Para tal tarefa, o resgate da filosofia greco-romana antiga, em especial das ideias de Platão e de Aristóteles, foi uma arma fundamental para combater o pensamento escolástico. Valores como o humanismo e o racionalismo se tornaram centrais para o desenvolvimento da ciência e da tradição filosófica iluminista. Além disso, acreditava-se que a verdade é obra do homem e poderia ser alcançada através do uso de um instrumento metodológico adequado. Esse caminho rumo à verdade levaria indubitavelmente ao progresso.

A despeito do objetivo comum de superar a “Idade das Trevas” e a crença compartilhada de que a razão levaria ao progresso, surgiram correntes filosóficas essencialmente distintas no contexto iluminista. Uma delas foi liderada por René Descartes e uma outra por Francis Bacon,

tornando-se bastante influentes no pensamento político da época. Descartes propunha a adoção de um racionalismo de inspiração matemática, de acordo com o qual a verdade seria alcançada mediante o uso do método dedutivo, ou seja, era preciso decompor a complexidade dos dados aparentes até atingir seus componentes mais simples e então reconstruir a realidade. É uma concepção metafísica do que deveria ser a razão. Francis Bacon, em contrapartida, era um empirista: defendia que a razão se desenvolve na experiência concreta. Por influência da ciência newtoniana, acreditava que a razão é uma faculdade humana operativa, ou seja, um instrumento, que deveria utilizado para combater a metafísica (LAMONIEUR e PESSANHA, apud MONTESQUIEU, 1985, p. 9).

Montesquieu viveu, pois, nesse contexto filosófico e o pensamento produzido por ele pode ser enquadrado dentro da vertente *baconiana*, uma vez que procura se afastar de todas as teorias abstratas e dedutivas de caráter moral-religioso e dirige-se para a abordagem descritiva e comparativa. (LAMONIEUR e PESSANHA, apud MONTESQUIEU, 1985, p. 10). Percebe-se, a partir desse fato, que o pensador francês também se contrapõe a autores jusnaturalistas, como Hobbes, Locke e Rousseau, que concebiam, mediante um exercício metafísico, o homem comum como um ser dotado de direitos naturais universais - anteriores ao próprio homem e concedidos por um Deus externo - dos quais ele não poderia se abster.

A concepção antropológica que Montesquieu tem acerca da natureza humana é também distinta dos jusnaturalistas e se aproxima mais da perspectiva aristotélica, segundo a qual o homem é um ser político e social. Diferentemente do que pensa Hobbes, Montesquieu entende que o medo, ao invés de levar os homens a se afastarem um dos outros, os aproxima, e essa aproximação é prazerosa. Há no homem um desejo natural de viver em sociedade e, para que esse convívio seja harmônico, o direito assume o papel crucial de reger as relações sociais.

As leis seriam “relações necessárias que derivam da natureza das coisas” (MONTESQUIEU, 1985, p.47); logo, existem as leis da natureza, que são necessárias e à qual todos os seres estão subordinados, inclusive o homem. Este, contudo, possuindo um elevado grau de inteligência, pode se furtar a essas leis através da razão. Uma das inovações do pensamento de Montesquieu é a primazia dada a questões sociológicas na relação com o Direito. Segundo ele, as leis, para serem efetivas, têm de se adequar aos costumes, clima, religião, comércio e demais fatores constantes do meio e, respeitados esses parâmetros, a lei funcionaria como um instrumento de liberdade, ao promover direitos e deveres que permitiram

uma vida social harmônica<sup>6</sup>. Liberdade seria, então, “o direito de fazer tudo que as leis permitem” (MONTESQUIEU, 1985, p. 169) e, para o estabelecimento de sociedades livres, haveria a necessidade da existência de três tipos de Direito: o Político, para reger a relação entre governantes e governados; o Civil, pertinente à relação entre os cidadãos; e o das Gentes, na esfera das relações internacionais.

Com essa teoria do Direito, Montesquieu visava a combater o despotismo, forma de governo liderada por uma só pessoa isenta de obedecer a leis e regras. Por outro lado, o filósofo era cético quanto a atribuir ao povo poder além do ato de votar: “O povo é monarca ao votar e súdito ao confiar a autoridade política ao representante (...). O povo (...) não está apto a governar por si próprio, mas, no sufrágio, cada cidadão tem uma esperança razoável de servir à pátria” (MONTESQUIEU, 1985, p.32). Tal afirmação demonstra a limitação da crença que o autor tinha no que se refere à soberania popular. Há, portanto, no pensamento de Montesquieu, uma repulsa, por um lado, aos governos autocratas cujas ações não são freadas pela força da Constituição; por outro, existe a descrença na capacidade do povo de se autogovernar. A preferência do autor é por um regime aristocrático, no qual a nobreza seria a classe mais virtuosa para comandar a sociedade.

Na república, todavia, ele argumenta que “o bom senso e a felicidade dos indivíduos consistem na *mediocridade*<sup>7</sup> (grifo nosso) de seus talentos e fortunas. Uma república onde as leis tenham formado muitas pessoas medíocres, orientadas por pessoas sábias, governar-se-á sabiamente; orientadas por pessoas felizes; será felicíssima” (MONTESQUIEU, 1985, p. 62). A moderação, logo, é um elemento fundamental tanto para a condução de um regime republicano quando de uma monarquia constitucional. Nas democracias radicais ou nas monarquias absolutistas, a carência desse elemento pode causar desordem.

A separação dos poderes seria o instrumento proposto por Montesquieu para evitar os excessos do poder. Cada um dos três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – teria seus órgãos específicos e seria composto por pessoas distintas como forma de restringir a utilização arbitrária das funções de poder pelos seus titulares:

Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo da magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado podem estabelecer leis tirânicas e executá-

---

<sup>6</sup> “O governo mais de acordo com a Natureza é aquele cuja disposição particular melhor se relaciona com as disposições do povo para o qual foi estabelecido” (MONTESQUIEU, 1985, p.27).

<sup>7</sup> A palavra *mediocridade* aqui não tem valor pejorativo que às vezes assume em certos contextos. Uma pessoa medíocre pode ser entendida como aquela que almeja ao meio-termo aristotélico.

las(...). Também, se o poder judiciário não estiver separado dos outros dois, não existirá liberdade, pois o juiz poderá ter a força de um opressor. (MONTESQUIEU, 1985, p. 149).

No entanto, o autor adverte que essa separação não seria tão rígida, visto que ao poder Executivo seria atribuído o poder de veto sobre as decisões do Legislativo. Ao Legislativo seria dada a função de julgar os seus pares, visto que, na concepção do autor, a superioridade moral dos nobres não lhes permitia ser julgados por indivíduos de outra classe. O ato de julgar, contudo, é normalmente uma prerrogativa do Poder Judiciário.

O intuito ao criar os três poderes é que os nobres ocupantes do Legislativo limitem o poder do monarca, que também estará sob a vigilância do Poder Judiciário. E este, por sua vez, terá de obedecer às leis criadas pelo Parlamento. É esse embate entre as instituições liberais que levarão à harmonização das relações sociais, obrigando os agentes públicos a moderarem suas ações, afastando o risco do despotismo ou da ditadura da maioria.

### **3.2. O respeito aos Três Poderes no contexto da “onda rosa”**

É possível observar que durante a “onda rosa”, grande parte dos países governados por partidos de centro-esquerda adotaram uma linha de respeito às instituições liberal-democráticas. Um das características comuns a tais países foi justamente a “institucionalização das formas de contestação democráticas sob a condição de extrema desigualdade socioeconômica” (LEVITSKY e ROBERTS, 2011, p.7). Além disso, o discurso contrário ao Estado – e, logo, contra as instituições liberais, como os Três Poderes – desaparece da gramática dos partidos “rosas” da América Latina, o que demonstra que a receita proposta de Montesquieu para a moderação, a saber, a divisão dos poderes, é utilizada.

Apesar das semelhanças, não se pode desconsiderar as diferenças na forma como tais países lidam com as instituições liberais. Segundo Levistky e Roberts (2011, p. 22), é possível classifica-los em três grupos. O primeiro é formado por Brasil, Chile e Uruguai, países que passaram por violentos anos de regime militar, o que pode ter servido como aprendizado para os membros e líderes dos partidos de esquerda, fortalecendo o apreço dos mesmos pelas regras democráticas, além de terem promovido mudanças menos ousadas na política macroeconômica. Já a Venezuela, de Hugo Chávez, teria tido uma posição mais radical no que tange à flexibilização dos poderes, ao criar mecanismos de participação popular à medida que fortalecia

o Executivo frente ao Legislativo e o Judiciário<sup>8</sup>, bem como aprovou uma nova Constituição, que continha mecanismos mais combativos aos preceitos ditados pelo Consenso de Washington. Bolívia e Equador teriam adotado um modelo próximo da Venezuela, tendo também inclusive promulgado uma nova Carta Magna, mas em uma escala de enfrentamento da ordem neoliberal mais moderada. Levitsky e Roberts (2011, p.22) explicam que, nas ditaduras militares por que passaram Bolívia e Equador nos anos 1970, foram feitas medidas de redistribuição, enquanto os governos democráticos nos anos 1980, incluindo aqueles liderados por partidos tradicionais de esquerda, implementaram políticas de austeridade. Daí o motivo de os dois não serem tão moderados, no que diz respeito à política econômica e a defesa das instituições liberais, como Brasil, Chile e Uruguai. Já Argentina e Peru estariam em uma posição intermediária entre estes três países mais moderados e o grupo formado por Bolívia e Equador.

Apesar de governos com características populistas, como Hugo Chávez, Rafael Correa, Nestor Kirchner, apresentarem uma contradição constitutiva ao reunir elementos democráticos e outros de viés autoritário (MUDDE e KALTWASSER, 2012; SVAMPA, 2017), pode-se observar que, nas experiências dos governos acima citados, não estava posta a reivindicação para aniquilar o Estado, o mercado nem a separação dos poderes. Entretanto, o grau de moderação na relação com as instituições liberais e na crítica ao neoliberalismo variou de país a país, conforme os percursos históricos seguidos por cada um deles.

#### **4. O dilema da moderação: permanência do status quo?**

Como vimos, Aristóteles alertava que encontrar o ponto ótimo da moderação não é uma tarefa simples, pois aquilo que é tido como excesso ou como deficiência por um cidadão ou Estado pode não ser para outro. Assim, o gerenciamento da coisa pública é árduo, já que o governante teria de pautar suas decisões em um cálculo prévio capaz de prever se os efeitos delas não significarão a completa exclusão de um grupo (deficiência) em favor de apenas um outro grupo (excesso). O sucesso de tal cálculo depende da prudência de quem está na posição de autoridade.

Francisco Panizza (2005) aponta que partidos políticos de centro-esquerda na América Latina, ao moderar os discursos e as decisões políticas, trazem para si um dilema. Se, por um

---

<sup>8</sup> Atualmente, no governo de Nicolás Maduro, parece que a divisão dos poderes sofreu algumas mudanças significativas desde que o Parlamento teve funções essenciais retiradas por um decreto presidencial em 2017. <https://oglobo.globo.com/mundo/assembleia-constituente-de-maduro-anula-parlamento-da-venezuela-21720724>

lado, essa estratégia os permite angariar o apoio de setores do mercado; por outro, podem perder o apoio de antigos aliados. Um dos exemplos usados pelo cientista político para ilustrar esse fato foi a expulsão por parte do Partido dos Trabalhadores em 2003, de quatro parlamentares considerados “radicais” por conta de infidelidade partidária<sup>9</sup>. Tal dissidência deu origem ao Partido Socialismo e Liberdade (PSol), ao qual aderiram mais de 100 antigos militantes do PT.

O PT, a propósito, seria um exemplo claro de partido cujo discurso e cuja prática foram sendo moderados ao longo dos anos. Ao chegar no poder, manteve elementos de ortodoxia econômica, concentrou seus esforços na defesa do fortalecimento das instituições estatais, a fim de, ao mesmo tempo, manter a estabilidade do mercado e promover políticas de redistribuição de renda. Um fato simbólico dessa ambivalência foi a participação do então presidente Lula tanto no encontro do Fórum Mundial em Davos, evento importante que reúne defensores do livre mercado, quanto no Fórum Social Mundial, formado por representantes de movimentos sociais que reivindicam a promoção de políticas que visem à redução das desigualdades sociais.

A despeito dos dilemas e paradoxos que enfrentam, os governos moderados não necessariamente propiciam a manutenção do status quo, para Aristóteles e para Montesquieu. De acordo com o filósofo da Grécia Antiga, a busca pelo meio-termo poderia levar ao aprimoramento moral da pólis e à formação de um bom governo. Montesquieu, por sua vez, entende que a moderação poderia proporcionar o fortalecimento das instituições e a eficiência das leis, dois fatores fundamentais para o progresso.

Panizza (2005) corrobora a ideia de que não há uma relação direta entre moderação e a manutenção do status quo. A onda rosa teria sido responsável, por exemplo, por formar uma das frentes de combate ao neoliberalismo, e mesmo tendo os partidos que a formaram moderado seus discursos, isso não significou a manutenção do status quo. Além de terem tomado decisões políticas que favoreceram a diminuição das desigualdades sociais, a oposição ao discurso neoliberal teria contribuído para que os guardiões da ortodoxia do mercado livre revisassem suas proposições, assumindo um “discurso mais moderado”. (PANIZZA, 2005, p.728). Ele cita um documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

The current state in the development debate is one in which old orthodoxies of the ‘Washington Consensus’ are being re-examined, the importance of reducing poverty and inequality are being moved to the centre of the agenda, along with the critical importance of good policy and good governance. There is also widespread agreement

---

<sup>9</sup> <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Direcao-do-PT-expulsa-rebeldes-e-adverte-tendencias-radicaais/4/733>

that macroeconomic growth alone cannot be sustained with macroeconomic policies alone. (IADB, 1999, p.10 apud Panizza, 2005, p.728)

Em outras palavras, a práxis moderada da centro-esquerda latino-americana no final dos anos 1990 e início do século XXI não impediu que houvesse transformações. Ocorreram mudanças significativas, em alguns países mais do que em outros, no tocante às políticas econômicas e sociais, bem como o freio ao avanço da hegemonia neoliberal fez com que os próprios defensores do Estado mínimo recuassem, reconhecendo certas falhas do mercado.

#### **4. Conclusão**

Neste artigo, discutimos o conceito filosófico de moderação, propondo que o mesmo consiste em um cálculo racional que guia o discurso e a ação dos atores políticos a fim de evitar extremos. Em particular, analisamos os partidos políticos e os líderes de governos que ascenderam ao poder no fim do século XX e início do século XXI, cujos discursos e tomadas de decisão seguiram uma linha ideológica menos extremada se comparadas aos antigos partidos de esquerda que almejavam à revolução.

Para tal tarefa, recorreremos a dois autores clássicos do pensamento político-filosófico que se debruçaram sobre o tema: Aristóteles e Montesquieu. A despeito de terem escrito em momentos históricos bem distante do atual – Aristóteles viveu entre os anos de 384 - 322 a.C. e Montesquieu nasceu em 1689, vindo a falecer em 1755 -, as obras desses pensadores são lidas até os dias de hoje, afinal promovem debates de temas que são atemporais e ambos propuseram ideias que continuam a influenciar a organização das sociedades ocidentais.

Como vimos, em Aristóteles, a moderação é um cálculo racional ético que visa a buscar um meio-termo entre dois pólos. Por exemplo, a virtude da coragem seria o meio-termo entre o seu excesso, temeridade, e a sua deficiência, a covardia; a virtude da magnificência teria como extremos a vulgaridade e a mesquinhez; a liberalidade estaria em um ponto equidistante entre a prodigalidade e a avareza etc (ARISTÓTELES, 1984, livro III, p.6). No que se refere ao governante, a virtude mais relevante é a prudência. Tais virtudes não são características inatas, como supunha Platão; para Aristóteles, elas consistem em uma disposição ou hábito adquiridos a partir da prática de ações moralmente boas. Por sua vez, “ações moralmente boas” seriam aquelas consistentes em atos voluntários, decorrentes da escolha deliberada tendo o bem comum como intenção.

O filósofo iluminista corrobora a concepção de que a prática da moderação é essencial para a estabilidade do sistema político e para a vida em sociedade. Montesquieu concebe o respeito às leis e a separação dos poderes seriam duas premissas fundamentais para alcançar um grau de moderação ideal, uma vez as leis são símbolos de liberdade e a equipotência dos Três Poderes, ou seja, capacidade de controle mútuo entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, funcionaria como freios e contra-pesos para que nenhum dos lados excedesse suas prerrogativas.

Notamos que os partidos políticos que chegaram ao poder na América Latina no contexto da “onda rosa” lançaram mão de discursos e práticas de caráter moderado, o que os colocou em uma posição intermediária, no espectro político, entre a extrema esquerda revolucionária e o centro. O lugar ocupado por cada país nessa escala, no entanto, varia de acordo com as condicionantes históricas e à confluência de forças a que estavam submetidos. Obviamente, o meio-termo a ser ocupado por esses movimentos de esquerda não poderia ser o centro, tendo em vista que isso representaria o fim da sua identidade política de esquerda, construída em torno da defesa da redução das desigualdades sociais por meio de ampliação do Estado do Bem-Estar Social.

No que tange ao instrumento de moderação advogado por Montesquieu, o respeito às leis e à separação dos poderes, podemos concluir que pouco foi feito pelos partidos de centro-esquerda no intuito de questionar a sua importância e eficiência. Houve mudanças de constituição e foram criados mecanismos de participação direta, em países como Venezuela, Equador e Bolívia, bem como acusações de que esses governos teriam hipertrofiado o Executivo; contudo, não há indícios de que Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales desejavam acabar com essas instituições.

Por conseguinte, é possível afirmar que a práxis dos partidos que estiveram no poder durante o período da “onda rosa”, cada um à sua medida, vão ao encontro da receita de Montesquieu para a formação de um governo moderado, mas convergem apenas parcialmente com a moderação defendida por Aristóteles. Observou-se que, para o autor grego, o caminho rumo ao meio-termo é trilhado por meio da prática de ações moralmente boas, logo a ideia de moderação está inserida em uma lógica puramente moral. Contudo, a esquerda na América Latina, em grande medida, diluiu a retórica radical de décadas anteriores com o fim de ampliar sua base eleitoral e elevar as chances de chegar ao poder, o que demonstra que o abandono de bandeiras tidas como extremadas, nesse caso, foi uma estratégia pragmática, e não

necessariamente tinha como objetivo o aperfeiçoamento moral desses grupos e de seus membros.

Não obstante os fins almejados, o cálculo racional e pragmático do meio-termo é complexo e o resultado dele pode trazer à tona um dilema: ao mesmo tempo em que amplia o potencial de conseguir aliados para um projeto, ele pode levar à dissidência de antigos apoiadores, fazendo com que a essência ideológica que move um dado partido ou governo se perca.

No caso dos partidos da “onda rosa”, como debatemos, apesar de terem moderado seus discursos e ações, não representaram a permanência do status quo, uma vez que promoveram mudanças significativas nas condições socioeconômicas de setores sociais marginalizados. Ademais, o combate à ideologia neoliberal fez com que os defensores do Consenso de Washington revessem suas proposições, incluindo na sua agenda, ainda que de forma marginal, a discussão sobre a necessidade de políticas sociais de combate à pobreza.

Constatado que discursos e práxis moderados têm potencial de impulsionar mudanças, torna-se necessário avaliar qual o papel deles no contexto atual, em que observamos a ascensão de partidos de extrema-direita, empenhados em retirar direitos conquistados por grupos minoritários. Tomando o Brasil como exemplo, nas últimas eleições, observamos a vitória de um *outsider* na disputa pela presidência, Jair Bolsonaro, cuja plataforma se pauta na retirada de direitos sociais, com a Reforma Trabalhista e a Previdenciária. O discurso adotado, antes mesmo de se candidatar, atacava as conquistas históricas dos povos negros e indígenas, como a política de cotas para ingresso no ensino superior público e a demarcação de terras para as tribos indígenas, bem como negava a existência de desigualdades socioeconômicas existentes entre homens e mulheres na sociedade.

A popularidade alcançada por Jair Bolsonaro ao longo da campanha alavancou a candidatura de políticos aliados a ele. O Partido Social Liberal (PSL), ao qual Bolsonaro se filiou no início de 2018, até então, era um partido pequeno, tendo conquistado apenas uma cadeira na Câmara Federal na eleição de 2014. Já em 2018, o partido se tornou o segundo com maior número de deputados federais, ficando atrás apenas do PT<sup>10</sup>.

Diante da ascensão da extrema-direita, as questões que se colocam são: qual seria melhor estratégia para enfrentá-la? Contra a radicalização da direita, seria a moderação da centro-esquerda útil para confrontá-la? Não há uma resposta pronta e simples para tal pergunta,

---

<sup>10</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-eleicoes-2018>

porém é necessário reconhecer que, a partir dos resultados das últimas eleições, a esquerda saiu enfraquecida e a direita – sobretudo os seus setores mais conservadores – cresceu. O fato de o novo presidente demonstrar pouco apreço pelos valores democráticos, tendo inclusive feito elogios à Ditadura Militar<sup>11</sup>, põe em risco a sobrevivência das instituições políticas. Devido ao baixo grau de popularidade que os quadros da esquerda têm entre o eleitorado no momento, a defesa dos mecanismos formais de reivindicação e contestação é uma estratégia crucial para que os partidos de oposição possam continuar existindo e, no longo prazo, se reconstruírem. Nesse sentido, a adoção de uma estratégia de moderação tal como proposta por Montesquieu é um caminho que parece apropriado para que os partidos de esquerda afastem o perigo de sua possível eliminação do jogo político.

## 6. Referências:

ARISTOÉLES (1987). **Ética a Nicômaco**. Coleção: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

ARISTÓTELES (1985). **Política**. Trad. Márcio da Gama Kury. Brasília: UNB.

ARISTÓTELES (1948). **Moral a Eudemo**. 4.ed. Trad. Patricio de Azcárate. Buenos Aires: Espasa-Calpe.

HOPKIN, Jonathan e PAOLUCCI Caterina. (1999), **The business firm model of party organization: Cases from Spain and Italy**, European Journal of Political Research, vol. 35: 307-339;

KATZ, Richard; MAIR, Peter (1992). **The Membership of Political Parties in European Democracies, 1960-1990**. European Journal of Political Research, Amsterdam, n. 22, p. 329-345

KIRCHHEIMER, Otto (1966). **The transformation of the Western European party systems**. In: LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (orgs.). Political parties and political development. New Jersey: Princeton University Press, p. 177-200

LEVITSKY, Steven e ROBERTS, Kenneth M. (orgs.). (2011), **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

MEDEIROS, João G. C. (2016). **As virtudes éticas em Aristóteles: a ação moralmente boa, o meio-termo e a justiça**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50831/as-virtudes-eticas-em-aristoteles/1> . Acessado em: 14 de julho de 2019.

MUDDE, Cas e KALTWASSER, Cristóbal R (2012). **Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America**. In: Government and Opposition / Volume 48 / Issue 02 / April 2013, pp 147 -- 174

---

<sup>11</sup> <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-elogia-militares-da-ditadura-e-brada-esquerda-nunca-mais/>

PANEBIANCO, Angelo. (1988), **Political parties: organisation and power**. Cambridge, Cambridge University Press.

Panizza, Francisco (2005) *Unarmed utopia revisited: the resurgence of left-of-centre politics in Latin America*. Political Studies, 53 (4). pp. 716-734. ISSN 0032-3217

SANTOS, Wanderley Guilherme (2017). Democracia impedida. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

SILVA, Fabricio Pereira da. (2011) **Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Ponteio, Rio de Janeiro.

SVAMPA, Maristella (2017). **Cuatro llaves para leer America Latina**. Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 268, marzo-abril de 2017, ISSN: 0251-3552. Disponível em: [https://nuso.org/media/articles/downloads/2.TC\\_Svampa\\_268.pdf](https://nuso.org/media/articles/downloads/2.TC_Svampa_268.pdf) .  
Acessado em: 14 de julho de 2019.